X ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI VALÊNCIA – ESPANHA

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, GLOBALIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES NA ORDEM SOCIAL E ECONÔMICA II

EDSON RICARDO SALEME

JERÔNIMO SIQUEIRA TYBUSCH

Copyright © 2019 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito
Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte desta publicação denominada “capítulo de livro” poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI
Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina
Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás
Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. César Augusto de Castro Fiuza - UFMG/PUCMG – Minas Gerais
Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS – Sergipe
Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul
Secretário Executivo - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - Unimar/Uninove – São Paulo

Representante Discente – FEPODI
Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie – São Paulo

Conselho Fiscal:
Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM – Rio de Janeiro
Prof. Dr. Aires José Rover - UFSC – Santa Catarina
Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP – São Paulo
Prof. Dr. Marcus Firmino Santiago da Silva - UDF – Distrito Federal (suplente)
Prof. Dr. Ilton Garcia da Costa - UENP – São Paulo (suplente)

Secretarias:
Relações Institucionais
Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM – Santa Catarina
Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR – Ceará
Prof. Dr. José Barroso Filho - UPIS/ENAJUM– Distrito Federal
Relações Internacionais para o Continente Americano
Prof. Dr. Fernando Antônio de Carvalho Dantas - UFG – Goiás
Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA – Bahia
Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA – Maranhão
Relações Internacionais para os demais Continentes
Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba – Paraná
Prof. Dr. Rubens Beçak - USP – São Paulo
Profa. Dra. Maria Aurea Baroni Cecato - Unipê/UFPB – Paraíba
Eventos:
Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch – UFSM – Rio Grande do Sul
Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho – Unifor – Ceará
Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta – Fumec – Minas Gerais
Comunicação:
Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro – UNOESC – Santa Catarina
Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho – UPF/Univali – Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara – ESDHC – Minas Gerais

Membro Nato – Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP – Pernambuco

---

D451
Desenvolvimento econômico sustentável, globalização e transformações na ordem social e econômica II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/2020
Coordenadores: Edson Ricardo Saleme; Jerônimo Siqueira Tybusch – Florianópolis: CONPEDI, 2020 / Valência: Tirant lo blanch, 2020.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-65-5648-013-8
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: Crise do Estado Social
1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Congressos Nacionais. 2. Assistência. 3. Isonomia. X Encontro Internacional do CONPEDI Valência – Espanha (10:2019 :Valência, Espanha).

CDU: 34

CONPEDI Sociedade Científica do Direito
Vniversitat de València Facultat de Dret
tirant lo blanch

X ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI VALÊNCIA – ESPANHA

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, GLOBALIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES NA ORDEM SOCIAL E ECONÔMICA II

Apresentação

Entre os dia 4 e 6 de setembro de 2019 abrem-se os trabalhos do X Congresso Internacional do CONPEDI em Valência, Espanha, com o tema Crise do Estado Social, com palestra inaugural realizada pelo Professor de Filosofia do Direito e Filosofia Política do Instituto de Direitos Humanos da Universidade (Facultad de Derecho), Campus Tarongers, Francisco Javier de Lucas Martín. Este, ex-senador espanhol, por Valência, esclareceu os atuais obstáculos enfrentados pela globalização e desenvolvimento do Estado Social em seus aspectos mais cruciais.

Da mesma forma, no conteúdo e na apresentação, os trabalhos que compuseram o GT "Desenvolvimento Econômico, Sustentável, Globalização e Transformações na Ordem Social e Econômica II" apontaram importantes reflexões críticas sobre a realidade brasileira e a Medida Provisória 881, de 2019, como atual parâmetro regulatório da economia e sua Declaração de Direitos de Liberdade Econômica. Nesse sentido, as temáticas abordaram, principalmente, a valorização do trabalho humano em face da automação e as questões relacionadas à sustentabilidade como fórmula para minimizar os impactos socioambientais na sociedade consumerista moderna.

Como diagnóstico, todavia, os textos produzidos buscaram mostrar uma série de deficiências recorrentes em termos de violação dos direitos fundamentais do trabalhador, ressaltando-se, também, o enfoque desde o realismo nas relações econômicas e a crítica à atuação de organizações internacionais, bem como de projetos como a iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). A gama dos temas abordados considerou também temáticas atuais e de larga complexidade , a exemplo da questão da educação, cidadania e sustentabilidade, globalização, crise civilizatória e desenvolvimento sustentável a partir da responsabilização empresarial. Viu-se ainda os reflexos relacionados à preservação de direitos da personalidade na proteção de dados.

Os trabalhos também versaram, especificamente, sobre as conferências e tratados ambientais e sua aplicabilidade nas normas dos países participantes, a transferência de tecnologia como mecanismo para preservação ambiental e da saúde pública no contexto da OIT. Ademais, trataram de questões de ordem tributária com reflexos econômicos e ambientais, tal como o

fair share da empresa multinacional Starbucks que, por força da opinião pública local, submeteu-se às regras tributárias locais e os fintechs no mercado financeiro e seus reflexos nas relações de consumo.

Diante desses papers de qualidade, convida-se a comunidade acadêmica para apreciar esta publicação, não sendo exagero afirmar que os trabalhos do Grupo Desenvolvimento Econômico, Sustentável, Globalização e Transformações na Ordem Social e Econômica II têm o mérito de contribuir para a compreensão dos problemas apontados. Outrossim, buscam possíveis caminhos para a solução de obstáculos e novas indicações diante das normas criadas pela atual equipe governamental brasileira.

Dessa forma, a publicação apresenta algumas reflexões acerca de alternativas e proposições teóricas que visam ao debate e o aperfeiçoamento dos institutos referidos nos trabalhos apresentados. Os artigos aqui publicados contribuíram de forma relevante para que o GT Desenvolvimento Econômico, Sustentável, Globalização e Transformações na Ordem Social e Econômica II seja esclarecedor no tocante à temas atuais e críticos largamente trabalhados nas relações do Estado Social e da percepção do desenvolvimento em suas variadas dimensões.

Prof. Dr. Edson Ricardo Saleme - UNISANTOS

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM

A INICIATIVA PARA A INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA (IIRSA) E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS E NORMATIVAS : A POBREZA DO DESENVOLVIMENTO OU O DESENVOLVIMENTO DA POBREZA?

THE INITIATIVE FOR THE INTEGRATION OF REGIONAL SOUTH AMERICAN INFRASTRUCTURE (IIRSA) AND THEIR SOCIO-ENVIRONMENTAL AND REGULATORY CONSEQUENCES: POVERTY OF DEVELOPMENT OR DEVELOPMENT OF POVERTY?

Jerônimo Siqueira Tybusch
Evilhane Jum Martins

Resumo

A pesquisa trata das disparidades existentes entre os discursos provenientes da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) enquanto projeto de integração física e as consequências das ações implementadas. Analisa-se os pressupostos do projeto IIRSA e sua correlação com interesses econômicos globais verificando, de forma mais específica, as consequências socioambientais e as possíveis influências na seara normativa interna dos países sul-americanos. Metodologicamente utiliza a perspectiva sistêmica e procedimentos de análise bibliográfica e documental. Ressalta-se que o projeto de conexão IIRSA acaba por originar prejudicialidades irreversíveis na seara socioambiental e sociocultural, em total descompasso com a historicidade e identidade sul-americana.

Palavras-chave: Iniciativa para integração da infraestrutura regional sul-americana, América do sul, Projeto de integração física, Eliminação de barreiras, Ascensão econômica

Abstract/Resumen/Résumé

The research deals the consequences of the Initiative for the Integration of Regional Infrastructure in South America as a project of physical integration and analize its implemented actions. The IIRSA project and its correlation with global economic interests, in a more specific way, the socio-environmental consequences and possible influences in the internal normative framework of the South American countries its the goal of this research. Methodologically it uses the systemic perspective and procedures of bibliographical and documentary analysis. The IIRSA connection causing irreversible damages in the socio-environmental and socio-cultural area, in total disassociation with the South American historicity and identity.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Initiative for integration of regional infrastructure in south america, South america, Project of physical integration, Elimination of barriers, Economic rise

INTRODUÇÃO

A Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) consubstancia-se no cenário geopolítico atual como objeto de inúmeras controvérsias quanto a implementação de suas finalidades, assim como no que diz respeito à ambiguidade de suas ações no plano prático, através dos dez eixos de integração idealizados. Os aportes discursivos calcados na integração física do território consistem em ponderações cuja veracidade começa a ser questionada na medida em que as ações relativas à integração desenvolvida pela IIRSA começam a ser efetivadas, causando inúmeras disparidades no campo social e ambiental que acabam por desencadear a desestruturação e desintegração de povos sul-americanos.

Frente a tais argumentos, a pesquisa que aqui se desenvolve objetiva analisar os reais pressupostos insertos no projeto de integração física da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana e sua correlação com interesses econômicos atrelados ao mercado global, para então verificar de forma mais específica as consequências socioambientais do projeto de conexão IIRSA, e as possíveis influências na seara normativa interna dos países sul-americanos.

Em decorrência, a reflexão proposta advém da seguinte problemática: A Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, através de seu projeto de integração física do território sul-americano e a eliminação de barreiras, é capaz de garantir a integração do continente em todas as acepções, ou acaba por desintegrar o continente através da desestruturação territorial com vistas à ascensão econômica da América do Sul?

Para responder a este questionamento, a metodologia empregada obedece ao trinômio: Teoria de Base/Abordagem, Procedimento e Técnica. Como Teoria de Base e Abordagem optou-se pela perspectiva sistêmica, utilizando-se autores com visão multidisciplinar e conectando ares do saber como ecologia, ciência política, sociologia e direito. Os procedimentos elegidos foram a pesquisa bibliográfica e documental (em meios físicos e digitais – sites e redes sociais). A técnica empregada foi a construção de fichamentos e resumos estendidos.

Dessa forma, a pesquisa que aqui se desenvolve está dividida de forma interligada e sistemática em dois capítulos: inicialmente, pretende-se analisar os objetivos e pressupostos do projeto de conexão IIRSA, bem como as decorrências da eliminação de barreiras geográficas enquanto estratégia desenvolvimentista do projeto de integração. Logo, em complementação, averigua-se as consequências socioambientais decorrentes da implementação do projeto de integração física, assim como as possíveis influências dos interesses econômicos insertos na

IIRSA sobre as normas internas dos países sul-americanos e o papel dos movimentos sociais e ambientais no combate às prejudicialidades inerentes ao projeto de integração.

1 A INTEGRAÇÃO QUE SE IDEALIZA E A INTEGRAÇÃO QUE SE CONCRETIZA – A INICIATIVA PARA INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA (IIRSA), SEUS OBJETIVOS E PRESSUPOSTOS

No momento em que se reporta o pensamento para a historicidade e para os aspectos socioculturais que permeiam o continente latino-americano percebe-se a necessidade premente de se consagrar a integração dos povos latinos, por consistir em fator preponderante para a valorização da América Latina enquanto tal, sem interferências e sem imposições. Nesse diapasão, quando se idealiza tal modelo de integração, vislumbra-se a perspectiva de se ultrapassar um dos grandes percalços que permitem ainda hoje o sucesso de ações colonizadoras na América Latina, que se dá através do reconhecimento pelos seus, de uma América Latina com cultura, conhecimento e recursos próprios.

Todavia, a problemática surge quando se observa que a integração que se idealiza não consiste na integração que se concretiza. E isso se afirma tendo em vista que o maior e mais ousado projeto de integração já perfectibilizado na América do Sul desconsidera totalmente os seus aspectos históricos originários a fim de facilitar a implantação de novos mecanismos de colonização no continente, o que justifica a análise que se realiza a seguir.

1.1 OS PLANEJAMENTOS DE UM PROJETO DE INTEGRAÇÃO E O ADVENTO DA INICIATIVA PARA INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA (IIRSA)

Os planejamentos para a implementação de um projeto de integração a nível de América Latina, surgiram bem antes do advento da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana. Na verdade, a integração almejada nos moldes sugeridos pela IIRSA – que prioriza redimensionar os aspectos geográficos desprezando questões fronteiriças em prol do mercado internacional – foi implantada em período anterior no Brasil, em que se almejava a integração em âmbito nacional através do projeto de Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID) implementado na década de 1990[1].

[1] Além de fazer parte dos Princípios Fundamentais da Constituição de 1988 da República Federativa do Brasil, Artigo 4º, Parágrafo Único, onde se lê que "A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações", os Planos Plurianuais (PPA) do Governo Federal de 1996-1999 (Brasil em Ação); de 2000-2003 (Avança Brasil); e de 2004/2007 (Brasil de Todos) incluíram na sua estratégia a integração da Amazônia ao espaço

Dessa forma, o sucesso do projeto de Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID) conjugado com novos paradigmas almejados por Estados e organismos internacionais latino-americanos, em prol da ascensão da América Latina no mercado mundial.Houve então uma reunião dos presidentes dos países da América do Sul realizada em agosto de 2000 em Brasília, onde discutiu-se formas de articulação intergovernamental com capacidade de enfrentar determinadas questões de cunho impeditivo ou então que dificultavam o desenvolvimento econômico da América Latina – de forma mais específica, dos países que compunham a América do Sul – consistentes na fragmentação territorial própria da estrutura física do continente vista como contraposição dos fluxos econômicos necessários para o seu desenvolvimento.

Tal condição vinha ocasionando a impossibilidade de se vislumbrar a América do Sul como uma unidade geoeconômica propícia à franco desenvolvimento, de modo que até o momento o que se verificava era um espaço territorial com diversos países apartados entre si, sem o compartilhamento de estruturas e benefícios que iriam priorizar o desenvolvimento em comum. A partir de então, deu-se origem a uma ambiciosa iniciativa de integração regional fundada nos ideais do regionalismo aberto difundido pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL)[2], com vistas ao desenvolvimento econômico e inserção da região como fornecedora de matérias primas e alvo de investimentos por grandes corporações. Para

---

produtivo brasileiro e a consolidação da política de integração regional da América do Sul, tendo por base a idéia dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento.

(...)

Em síntese, os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID) cumprem três objetivos na estratégia de integração geo-econômica brasileira: (i) a construção de um sistema integrado de logística que garanta a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional; (ii) a incorporação de novas áreas do país à dinâmica do comércio global; e (iii) a criação das condições para a consolidação da hegemonia política e econômica do Brasil na América do Sul.

É nesse sentido que se pode dizer que a ENID e a IIRSA são iniciativas que se completam e se retroalimentam e ambas compartilham de pressupostos e diretrizes semelhantes relativas á integração econômica. Cada um dos eixos brasileiros possui uma ou mais extensões internacionais. Outro detalhe importante e revelador do protagonismo do Brasil na IIRSA é o fato do estudo apresentado pelo BID em dezembro de 2000 ter sido feito a pedido do governo brasileiro e ser o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) um dos, senão o maior, financiador da atuação de empresas brasileiras para a execução dos empreendimentos que interessam ao Brasil nos países vizinhos. (VERDUM, 2015).

[2] A Iniciativa para Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) é a principal iniciativa em curso na região para tratar do tema da infraestrutura. Criada em 2000, no âmbito da Primeira Reunião de Presidentes da América do Sul, foi impulsionada pela liderança brasileira e, especialmente, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, apoiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Tal Iniciativa fundou-se nas concepções político-ideológicas predominantes na conjuntura de sua criação, tendo como um de seus pilares o *regionalismo aberto*, visão difundida pela CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e o Caribe) a partir dos anos 1990 (CEPAL, 1994), que encara a integração regional como um processo de progressivo aprofundamento da liberalização econômica intra-regional, mas que trabalharia em ultima instância como um alicerce do processo de liberalização econômica internacional. Ainda, foi influenciada pela lógica geoeconômica de facilitação de fluxos econômicos e pela visão neoliberal que preconiza, além da abertura econômica com especialização baseada em vantagens comparativas estáticas, uma limitada participação do Estado na economia, já presentes nos planos plurianuais (PPAs) de governo de Cardoso (PADULA, 2015).

tanto, haveria a elaboração de projetos físicos concernentes à infraestrutura na área de transportes, energia e telecomunicações que visam a eliminação de barreiras físicas e geográficas, normativas e sociais, para a interligação de zonas territoriais prósperas no desenvolvimento de recursos naturais aos grandes centros metropolitanos e destes por sua vez, ao mercado mundial.

Assim, foram estabelecidos dez eixos de integração que abarcam obras de infraestrutura – seja na área de transportes, telecomunicação ou energia – que interligam estrategicamente as diversas regiões do continente, ou ainda obras de infraestrutura que visam explorar ao máximo os recursos naturais existentes em cada ponto da América do Sul[3].

Tais eixos, também chamados de corredores do desenvolvimento – levando em conta que grande parte das obras são direcionadas à área de transporte: terrestre, aéreo e fluvial –, englobam de forma individual diversas obras interligadas, que por sua vez, conectam-se aos demais eixos. De maneira subliminar pode-se dizer que os corredores de desenvolvimento pretendem sumariamente conectar a América do Sul: do Atlântico ao Pacífico por meio de estradas, hidrovias e ferrovias, portos, aeroportos, hidrelétricas e redes de comunicação que permitam a conexão física e energética do território.

> *Cada uno de los ejes incluye variadas obras. A modo de ejemplo, veamos ló que sucede com el eje Amazonas que une el Pacífico y el Atlántico e incluye tres grandes ecosistemas (costa, sierra andina y selva): deberá unir el Amazonas y sus afluentes com los puertos de Tumaco (Colombia), Esmeraldas (Ecuador) y Paita (Perú). Ello supone mejorar las carreteras existentes y construir otras. Por outro lado, ya que se trata de um eje que se asienta en uma densa red de transporte fluvial, debe asegurarse la navegabilidad de los rios a través del dragado y linealización de algunos tramos, a la vez que se mejorarán los puertos fluviales. Estas obras y el importante tránsito generarán impactos sobre el ecosistema amazônico.*
> *En las zonas que atraviesa el eje hay um gran potencial hidroeléctrico y grandes reservas de petróleo en explotación, además de cultivos de soja y actividades de extracción de madera, pesca y psicultura. El eje estará interconectado com otros tres (andino, interoceánico central y escudo guyanés) y conseguirá abaratar el transporte de los países del Pacífico hacia Europa y de Brasil hacia Japón, estimulando el comercio. En plena Amazonía brasileña está contemplada la construccion de dos gasoductos de Coarí a Manaos y de Urucu a Porto Velho, com um coste de 750 millones de dólares, ló que permitirá poner el gás en condiciones de ser exportado desde puntos clave de los ejes amazônico y Perú-Brasil-Bolívia. El primero incluye el importante puerto de Manaos, y el segundo a Porto Velho (Brasil) que quedaría unido con los puertos peruanos del Pacífico para poder sacar la producción*

[3] Dessa forma, os eixos de integração são divididos em: Eixo Andino que atravessa a Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia, interligando tais países; Eixo do Escudo das Guianas, responsável, por conectar Venezuela, Guiana, Suriname e o norte do Brasil; Eixo do Amazonas, o qual interliga Brasil, Colômbia, Peru e Equador; Eixo Peru-Brasil-Bolívia; Eixo Interoceânico Central, que conecta o sudeste do Brasil com Paraguai, Bolívia, norte do Chile e sul do Peru; Eixo de Capricórnio, que interliga Chile, Argentina, Paraguai e Brasil; Eixo Mercosul-Chile, que interliga Brasil, Uruguai, Argentina e Chile; Eixo Sul, que conecta o sul do Chile com o sul da Argentina; Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná, interligando Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina; e Eixo Sul Andino o qual localiza-se na fronteira de Argentina e Chile.

> *cerealera de la zona – donde más están creciendo los cultivos de soja, maíz y trigo –, además del gas de Camisea (Perú).*
> *La mayor parte de los ejes están interconectados. De los diez ejes, cuatro involucran la región amazônica y cinco unem los océanos Pacífico y Atlántico. De esta manera, todas las riquezas naturales del continente quedan a disposición de los mercados (ZIBECHI,2015:20-21).*

Apesar dos paradigmas de aproximação insertos nos discursos provenientes de integrantes da IIRSA, quando então se prega o caráter desenvolvimentista e sustentável em favor de todo e qualquer setor da sociedade sul-americana, através dos projetos desenvolvidos através dos eixos de integração, o que se verifica na verdade é o estabelecimento de rotas estratégicas que conectam a necessidade de acesso ao mercado mundial com a extração de recursos, ou então com a produção de tudo aquilo que poderá se converter em lucro. Assim, não há aproximação ou integração entre os Estados que compõem a América do Sul, mas sim a incorporação e/ou adaptação de territórios, de modo que estes possam trazer benefícios de interesse ao capital.

Ante o exposto, sendo certo que as principais finalidades do projeto de conexão IIRSA desvirtuam-se quanto aos objetivos supostamente traçados inicialmente, necessário que se visualize o principal modo pelo qual o projeto se concretiza e ao mesmo tempo dá origem as suas principais fragilidades.

1.2 A ELIMINAÇÃO DE FRONTEIRAS GEOGRÁFICAS ENQUANTO ESTRATÉGIA DESENVOLVIMENTISTA DO PROJETO DE CONEXÃO IIRSA

Mostra-se imperioso iniciar as reflexões nesse segundo momento, frisando-se que o projeto de conexão IIRSA, além da participação dos Estados que compõem a América do Sul e de organizações latino-americanas intergovernamentais, possui investimento do setor privado. Tal característica desde já sugere a existência ávida de interesses econômicos insertos no projeto.

Nesse sentido, de acordo com informações provindas do Observatório Geográfico da América Latina (2015), existe na Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana ,o envolvimento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da Organização do Tratado da Cooperação Amazônica (OTCA). Todavia, empresas como a Odebrecht, Petrobrás, Andrade Gutiérrez, Companhia Vale do Rio Doce, General Eletric (GE) e a América Latina Logística (ALL) são investidoras da IIRSA, além do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Corporação Andina de Fomento (CAF), do Fundo Financeiro para

o Desenvolvimento da Bacia do Rio da Prata (FONPLATA) e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o que sugere implicitamente o interesse de capitalização privada no projeto, restando desacreditada a versão de que objetivos sociais estariam na pauta principal do projeto de conexão IIRSA.

Dessa forma, quando se fala em aproximação, integração, resta saber que tipo de aproximação e integração realmente se pretende, visto que a IIRSA no plano prático se revela por vezes, como um plano que visa a desintegração de populações.

> *No discurso oficial, a IIRSA é uma oportunidade de estabelecer as bases materiais de uma nova visão de regionalismo na América do Sul. Segundo Ariel Pares, que até maio passado (2007) era o coordenador da IIRSA no Brasil, ela tem na noção de "regionalismo aberto" um dos seus princípios orientadores.*
> *(...)*
> *Ainda segundo Ariel Pares, a IIRSA não é simplesmente uma listagem de obras. Antes, é "um conjunto de obras baseado num planejamento cuja sua ambição ... é um projeto de desenvolvimento". Qual seria esse projeto de desenvolvimento é algo que não fica claro. Em alguns momentos da sua fala, ilustrada com gráficos, tabelas e mapas, parece emergir imagens que espelham visões que remontam aos anos 1970 e 1980, quando se argumentava que havia na Amazônia um "enorme vazio" de ocupação humana e que era necessário "integrar para não entregar". Os anos 1970 e 1980 foi um período de grandes obras de infra-estrutura na Amazônia—como a Rodovia Transamazônica, a BR-210 (Perimetral Norte), as UHE's de Tucuruí e Balbina e o Complexo Grande Carajás—e em outras regiões do país, como a UHE de Itaipu, na fronteira com o Paraguai.*
> *Agora, anos 2000, fala-se na "rarefeita estrutura urbana dessa região", em "vazios" a serem "urbanizados" e conectados aos "bens de serviços necessários à melhoria da qualidade de vida" e a uma "rede de cidades mínimas que dê capacidade e acesso a escolas, a universidades, a emprego e a renda de valor mais elevado" (VERDUM, 2015).*

Por conseguinte, uma das grandes problemáticas que pairam sobre o projeto de conexão IIRSA é justamente a sua justificativa enquanto projeto que se articula em uma forma de desenvolvimento que sequer se sabe no que realmente consiste.

Todavia, o que se sabe tão somente, é que o desenvolvimento pregado pelo projeto de conexão IIRSA possui como pressupostos eliminar barreiras geográficas através do extermínio de paisagens naturais, através da desocupação por povos tradicionais de áreas destinadas à preservação, assim como através de ligeiras modificações nas estruturas normativas dos Estados, que permitam a edificação das mais variadas obras sem que haja qualquer interferência legal.

No entanto, a relatividade do conceito de desenvolvimento conjugado com as disparidades discursivas provenientes da IIRSA sugerem a insurgência de questionamentos concernentes ao real significado do vocábulo desenvolvimento, levando em conta o espaço-tempo em que é aplicado. Sendo assim a ideia de desenvolvimento disseminada pelo projeto de

conexão IIRSA – que alia-se perfeitamente com os discursos provenientes de países desenvolvidos acerca da questão – não necessariamente dizem respeito ao desenvolvimento que se precisa consagrar no território sul-americano, tendo em vista sua historicidade, sua identidade sociocultural e socioambiental[4].

Dessa forma, o fenômeno da desterritorialização que o projeto de conexão IIRSA vem implementando, gera enormes disparidades quanto ao emprego dos vocábulos desenvolvimento e integração no plano prático, visto que ambas as palavras encontram-se destoadas de seu sentido real – levando em conta o espaço-temporal em que estão sendo empregadas – gerando ambiguidades que favorecem a atuação dos integrantes do projeto de conexão IIRSA em prol dos anseios desenfreados do mercado mundial. Ainda no que concerne aos ideais desenvolvimentistas próprios do projeto de conexão IIRSA, é indispensável reproduzir aqui o pronunciamento de Carlos Lessa, presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no ano de 2003, em seus discursos de abertura e encerramento do I Seminário Internacional de Co-financiamento BNDES/CAF, onde ao falar sobre a integração física do continente, o mesmo refere que: *A Cordilheira dos Andes é certamente uma beleza, mas é um terrível problema de engenharia* (BNDES,2015). E posteriormente, no encerramento do seminário assevera que:

> *Eu insisti muito para que o projeto Rio Madeira fosse apresentado nesse seminário (...) esse projeto era, da carteira dos nossos projetos, o que tinha mais o sentido da conquista do Oeste, o sentido da construção no interior do continente de um espaço de prosperidade e de um espaço articulado de expansão. Eu não sei se a energia dessas usinas será para Manaus, se irá numa ou noutra direção, mas estou absolutamente certo de que 4,8 mil quilômetros de aquavias – 30 milhões de hectares de terras no Brasil, na Bolívia e Peru abertos à produção – representam para a história do continente um movimento em pequena escala do que foi a ocupação do velho oeste do continente norte-americano. Eu acho que é um gesto, um projeto que tem este significado de pôr a modernidade sul-americana na hinterlândia ainda não ocupada (BNDES, 2015).*

[4] Acerca do assunto, Pedro de Araujo Quental assevera que: Escobar (1996) busca compreender o desenvolvimento como um discurso produzido historicamente. O desenvolvimento, assim como o conceito de Terceiro Mundo, é compreendido pelo autor como uma representação social formulada no período Pós-Segunda Guerra Mundial, justificando, então, a aplicação de programas e políticas econômicas em países ditos "subdesenvolvidos". Quando pensamos que "temos que nos desenvolver", afirma Escobar (1996), este fato constata a vigência de uma ideia de desenvolvimento naturalizada nos nossos modos de sonhar, pensar e de ser. Isto ocorre na medida em que regiões do mundo como África, Ásia e América Latina foram inventadas a partir de um profundo processo simbólico e material como sendo subdesenvolvidas: fomos "inventados como subdesenvolvidos", afirma o autor (Escobar, 2009:26). Nesse sentido, para Escobar a ideia de "desenvolvimento" deve ser vista como uma invenção geopolítica que tem por objetivo localizar indivíduos, grupos e territórios como "não-desenvolvidos" ou "subdesenvolvidos", legitimando, assim, ações de suposto combate a essa condição. Serão lógicas e conceituações de desenvolvimento como estas que figuram nos discursos oficiais sobre a IIRSA? Nossa hipótese é a de que ao buscarem privilegiar os fluxos que circulam no continente, interligando portos e integrando competitivamente a região aos mercados mundiais, os Eixos de Desenvolvimento da IIRSA configuram uma integração regional aberta aos mercados mundiais, mas que ignora as territorialidades de grupos sociais impactados pela implementação de seus empreendimentos (QUENTAL, 2015: 06).

Frente a tais argumentos, depreende-se que o desenvolvimento almejado pelo então presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – refletindo nesse caso os interesses da IIRSA – seria conquistado através de métodos provenientes de uma estrutura colonizadora, tendo em vista que o simples vazio demográfico justificaria por si só a ocupação do território pelo extrativismo, por corporações e por todo e qualquer meio capaz de utilizar ao máximo determinado território para a obtenção de lucros. Todo esse processo acaba por desencadear a desterritorialização de grupos não hegemônicos, uma vez que a desconsideração de fronteiras territoriais pelo projeto IIRSA em prol de uma visão una da America do Sul acaba por territorializar empresas multinacionais e focos espaciais de desenvolvimento, através da imposição da desestruturação de grupos não hegemônicos por meio da desterritorialização e a mitigação de culturas, ideologias e formas de vida impregnadas e dependentes de determinado território.

Tais estratégias acabam por fomentar a desorganização do território, tendo em vista que passa-se a desconsiderar as linhas fronteiriças para então visualizar o território sul-americano de acordo com as potencialidades existentes, desestruturando a geografia local – no momento em que estas passam a caracterizar-se como um empecilho para a promoção do dito desenvolvimento – devastando os recursos naturais próprios de cada região e, promovendo ainda a desterritorialização forçada de grupos não hegemônicos[5] cuja cultura e formas de vida dependem substancialmente do meio onde vivem. Diante dessas considerações, oportuno que a partir de então se passe a analisar os efeitos decorrentes das estratégias desenvolvimentistas da IIRSA, as quais baseiam-se sumariamente na desestruturação geográfica da América do Sul e suas decorrências.

2 – INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR? AS FALSAS CONCEPÇÕES DE INTEGRAÇÃO DA INICIATIVA PARA INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA (IIRSA) E AS CONSEQUÊNCIAS QUE ASSOLAM A AMÉRICA DO SUL

[5] O capitalismo global fez aumentar a pobreza e a desigualdade social não só através da transformação das relações entre o capital e o trabalho, mas também por meio do processo de "exclusão social", que é uma consequência direta da estrutura em rede de uma nova economia. À medida que os fluxos de capital e informação interligam redes que se espalham pelo mundo inteiro, eles ao mesmo tempo excluem dessas redes todas as populações e territórios que não tem valor nem interesse para a busca de ganhos financeiros. Em decorrência dessa exclusão social, certos segmentos da sociedade, certos bairros, regiões e até países inteiros tornam-se irrelevantes do ponto de vista econômico (CAPRA, 2002:155).

Após a verificação substancial dos reais paradigmas que assolam o projeto de conexão IIRSA, mostra-se imperioso analisar as consequências decorrentes e aquelas que poderão advir da efetivação dos ideais desenvolvimentistas que estão sendo implementados pela IIRSA na América do Sul, em prol de uma possível ascensão do continente no cenário econômico global através da integração física em benefício do mercado mundial, no que diz respeito à questões socioambientais.

Ante o exposto, necessário que se vislumbre inicialmente as potencialidades reais da América do Sul, as quais consubstanciam-se em elemento motivador do advento do projeto de conexão IIRSA, além de possuírem grande capacidade de fomento do mercado mundial por meio do caráter lucrativo que as permeia, para que então se possa constatar a grande desestruturação da América do Sul enquanto consequência do projeto de conexão IIRSA.

1.1 O DESENVOLVIMENTO DA POBREZA - A DESESTRUTURAÇÃO SOCIOAMBIENTAL ENQUANTO CONDIÇÃO PARA A CONSAGRAÇÃO DOS IDEAIS DESENVOLVIMENTISTAS DO PROJETO DE CONEXÃO IIRSA

É certo que os eixos de integração – ou corredores do desenvolvimento – estabelecidos sistematicamente pelo projeto de conexão IIRSA visam, além da facilitação do escoamento de produções e de recursos naturais para o mercado mundial, propiciar o aumento expressivo de investimentos transnacionais na América do Sul, através da concessão de condições favoráveis para a exploração de recursos existentes no continente (petróleo, biodiversidade, água, gás), ou ainda para o fomento do agronegócio em larga escala e a produção de bens de consumo com disponibilidade ampla de matéria-prima.

Tais condições consistem na disponibilização da infraestrutura necessária através de redes conectadas internacionalmente no que concerne à área de transportes, telecomunicações e energia em todo o continente, cuja localização das obras pertinentes é estrategicamente prevista, de acordo com as potencialidade de cada microrregião em que se localizam.

No entanto, além das diversas condições favoráveis para a atração de investimentos transnacionais, o ponto principal que agrega tanto os pressupostos que deram origem aos corredores do desenvolvimento, como os investimentos transnacionais em si, consistem nas diversas potencialidades inexploradas ou em vias de exploração existentes na América do Sul.

> *En América del Sur se encuentra también el pulmón verde del planeta, la región de mayor biodiversidad y riqueza genética del mundo: la Amazonia, uma región codiciada por EE.UU y otros países. La Amazonia compone um inmenso conjunto de territorios selváticos sobre los cuales discurren más de mil ríos y que contituyen la mayor cuenca hidrográfica del mundo. Cerca del 70% de su espacio físico está*

> *cubierto por bosques tropicales húmedos que en su conjunto semejan un oceano verde. Su superfície es de unos 8.000.000 de kilómetros cuadrados y es compartida por Brasil (donde representa el 56% de la superfície total del país), Venezuela, Colombia, Perú, Bolivia, Ecuador, Guyana, Surinam y Guayana Francesa.*
> *La región posee un quinto del água Dulce del planeta; el mayor banco genético del mundo en biodiversidad (un kilómetro cuadrado de la Amazonia contiene mayor número de especies vegetales que los territórios de Canadá y EE.UU juntos); un tercio de las florestas y de las reservas mundiales de los bosques; grandes recursos ictícolas con sus ríos, lagos y lagunas; una riquísima fauna terrestre; yacimientos de oro, hierro, bauxita, estaño, cobre, zinc, manganeso; el 95% de las reservas de nióbio del mundo que se encuentran en el alto Río Negro y que se utiliza en los aceros de las naves espaciales y de los misiles intercontinentales; el 96% de las reservas de titânio, tungsteno, también utilizados en la industria aeronáutica-espacial y militar; petróleo, gas y muchos otros recursos (BRUZZONE, 2009:101-102).*

Obviamente que, além do território amazônico – o qual possui relevância imensurável – demais regiões da América do Sul são igualmente ricas em recursos naturais diversos e que abrigam diversas populações tradicionais assim como a Amazônia.

O que ocorre, no entanto, é que as obras derivadas dos eixos de integração proveniente do projeto de conexão IIRSA, assim como os possíveis investimentos transnacionais que virão posteriormente em virtude da integração física do continente, acabam por degradar regiões nativas substancialmente e promover o extermínio de populações tradicionais próprias de diversas regiões em que a intervenção humana somente se torna realidade por meio da IIRSA.

Assim, ao atribuir-se ao território sul-americano uma visão estritamente economicista – onde a América do Sul consiste tão somente em uma estrutura física para a instalação de corredores do desenvolvimento, redes e vias que objetivam sua remodelagem através da superação de entraves geográficos –, visão inserta nas políticas que estão sendo implementadas pela IIRSA, decorrem diversos outros problemas socioambientais ligados com a desestruturação de diversas comunidades tradicionais através da territorialização de grandes corporações econômicas, o que gera inúmeros conflitos sociais e situações de vulnerabilidade e violência, provenientes de uma lógica de integração que despreza totalmente os povos de cada região e os recursos biodiversos que passam a constituírem-se ou em entraves a serem excluídos, ou em potencialidade econômica a ser vorazmente explorada[6].

[6] O atual projeto de integração regional da IIRSA têm sido marcado por um ordenamento territorial que concebe grandes áreas do espaço geográfico sulamericano como sendo "vazios demográficos". Essa concepção oculta o fato de que muitas dessas áreas não apenas são ricas em biodiversidade como também são ocupadas tradicionalmente por populações socioculturalmente diversas. Nesse sentido, tem sido dominante uma visão onde a natureza, com seus complexos biomas e domínios morfoclimáticos, é compreendida como simples obstáculo a ser superado pela engenharia e, ainda, onde povos e comunidades as mais diversas tem seus territórios e suas vidas concebidas como sendo prescindíveis. Não por acaso, a expropriação de muitas populações de suas terras, bem como a ocorrência de inúmeros conflitos territoriais, tem sido recorrente na execução dos empreendimentos de integração de infraestrutura regional ora em curso (QUENTAL, 2015: 02).

Em contraposição às ações efetivadas pelo projeto de conexão IIRSA, são diversos os instrumentos internacionais que disciplinam acerca da imprescindibilidade de atuação equânime pelos Estados, organizações intergovernamentais e por grandes corporações quanto a utilização e exploração de recursos biodiversos, bem como quanto a promoção de ações que permitam a vivência contínua de comunidades tradicionais no ambiente biodiverso em que estão adaptadas, sem que ocorra qualquer interferência que impossibilite a manutenção dessas vidas no local. Entretanto, adversas são as ações que provém dos diversos seguimentos que veem os recursos biodiversos como sinônimo de objeto de mercado[7].

> *... uma perspectiva de sociobiodiversidade deve contemplar a preservação da biodiversidade para sobrevivência e uso sustentáveis das comunidades locais; bem como a manutenção destes "saberes em ação" como "preservação cultural". Verifica-se porém, uma rivalização de saberes envolvidos neste processo. De um lado encontra-se o uso da biodiversidade relacionado à necessidade de sobrevivência dos povos tradicionais e comunidades locais; de outro, o interesse na utilização da biodiversidade como insumo para sistemas de produção centralizados e homogêneos em escala global (TYBUSCH, 2011: 313).*

Nesse sentido o privilégio à uma visão economicista do desenvolvimento e à parâmetros físicos de integração, acabam por desvirtuar totalmente as práticas discursivas provenientes da IIRSA, de forma que todo o arcabouço de investimentos em infraestruturas e intenções desenvolvimentistas passam a servir tão somente ao mercado globalizado. Dessa forma, a IIRSA passa a figurar então como facilitadora da sobreposição das grandes corporações sobre a América do Sul, de modo que aquelas a partir de então possuem "carta branca" para ditar os rumos na seara econômico-global que o território sul-americano estaria fadado.

Nesse diapasão, sedimentando-se o caráter puramente econômico inserto no projeto de conexão IIRSA, vislumbra-se que a integração física do território caracteriza-se na verdade como desintegração das populações, na medida em que as consequências socioambientais decorrentes da IIRSA pressupõem a desestruturação e desterritorialização de inúmeras comunidades tradicionais e a devastação em massa da biodiversidade existente em benefício de

[7] O acesso desigual na esfera da produção manifesta-se no processo de contínua destruição de formas não-capitalistas de apropriação da natureza, tais como o extrativismo, a pesca artesanal, a pequena produção agrícola ou o uso de recursos comuns. Seus protagonistas são atingidos pelos impactos ambientais dos grandes projetos de desenvolvimento implantados em áreas de fronteira de expansão do capitalismo. A introdução, em tais áreas, de monoculturas e pastagens, projetos viários, barragens, atividades mineradoras, etc. provoca grandes efeitos de desestabilização das atividades nas terras tradicionalmente ocupadas. Trata-se, portanto, dos casos em que, certas combinações de atividades, o meio ambiente transmite impactos indesejáveis (as ditas "externalidades") que podem fazer com que o desenvolvimento de uma atividade comprometa a possibilidade de outras atividades se manterem. Nesses casos, espaços produtivos privados transmitem os efeitos nocivos de suas práticas para o meio ambiente comum (MELLO e BEZERRA, 2009: 74).

grande corporações. Surtem os efeitos próprios da expansão capitalista: o aumento da pobreza, da desigualdade e da exclusão social de populações tradicionais não hegemônicas que caracterizam-se como parcela irrelevante da sociedade, do ponto de vista economicamente preponderante.

Evidenciada a existência de consequências socioambientais negativas decorrentes da consagração e ampliação das obras pertinentes ao projeto de conexão IIRSA, é importante salientar a superveniência de movimentos sociais e ambientais que objetivam contrapor as o projeto de conexão IIRSA no que tange aos efeitos devastadores e desestruturantes que lhes são inerentes e, em sentido oposto a possível influência dos ideais desenvolvimentistas concernentes a integração física do continente através da IIRSA, nas legislações internas dos países integrantes, utilizando-se como exemplo possível distorção existente no Marco da Biodiversidade – Lei nº. 13.123⁄2015.

2.2 A POBREZA DO DESENVOLVIMENTO - AS INFLUÊNCIAS DA IIRSA NA NORMATIZAÇÃO DOS PAÍSES INTEGRANTES E OS MOVIMENTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS ENQUANTO FORÇA PROPULSORA CONTRAPOSTA

Conforme explicitado anteriormente, a possibilidade de existir influência nas normatizações de países integrantes da IIRSA através de meios que facilitem a propagação das obras de integração incluídas na referida iniciativa, consiste em mecanismo cuja probabilidade de utilização é latente, tendo em vista a preponderância dos interesses econômicos que estão insertos no projeto de conexão IIRSA.

Sendo assim, é importante salientar que a baixa divulgação à sociedade civil das ações promovidas pelo projeto de conexão IIRSA, enquanto ações interligadas que perfazem um único projeto de integração, direciona a percepção errônea de que diversas das ações que compõem a IIRSA são empreendimentos isolados, fazendo com que não se tenha a noção dos reais paradigmas e objetivos que permeiam a efetivação de inúmeros empreendimentos, se analisados isoladamente. Tal fato condiciona muitas vezes a articulação de posicionamentos e discursos pela sociedade civil, assim como permite que se ludibrie os cidadãos quanto a finalidade real das ações que estão sendo sedimentadas.

A partir dessa constatação, resta analisar dois fatores decorrentes: o primeiro diz respeito a possível interferência nas legislações internas dos países integrantes pela IIRSA em virtude de suas projeções no território sul-americano. Tais interferências remontam-se não necessariamente a modificações legislativas, mas sim à aderência pelos Estados de posicionamentos antes não compartilhados, ou ainda quanto a concordância da efetivação de

determinadas ações sem que haja uma análise acerca de suas possíveis consequências. O segundo fator, tem a ver com a possibilidade de condicionar a atuação dos movimentos sociais e ambientais que contrapõem as ações que a IIRSA vem desenvolvendo, por meio da não propagação das finalidades e intenções do projeto de conexão IIRSA.

Assim, analisando-se em um primeiro momento as influências da IIRSA na normatização de questões que possam ter alguma ingerência nas ações que a IIRSA venha a efetivar, é relevante que se tenha em mente que antes de que tais influencias sejam pertinentes à própria iniciativa, elas são antes provenientes do interesse econômico advindo de grupos hegemônicos que permeia o próprio projeto de conexão IIRSA[8].

Tais reflexões instigam a averiguação, ainda que sinteticamente, do recém sancionado Marco Legal da Biodiversidade - Lei nº. 13.123⁄2015, que por meio de algumas permissividades no que se refere ao acesso à recursos genéticos, aferição de lucros e pesquisas científicas derivadas, privilegia a mercantilização de recursos provenientes da biodiversidade brasileira e a utilização dos conhecimentos tradicionais em desconformidade com algumas disposições da Convenção sobre Diversidade Biológica.

Veja-se que, a referida lei cria mecanismos para facilitar o acesso à recursos genéticos através de variantes que permitem a inexistência de consentimento prévio de determinada comunidade local acerca do conhecimento tradicional a ser utilizado, se a origem daquele conhecimento não for identificável[9].

Ora, independente de o conhecimento tradicional não ser identificável quanto a sua origem, se a utilização é efetuada tão somente por comunidades tradicionais, é inadmissível que

---

[8] A IIRSA em verdade é um espaço [ou um campo] formado por inúmeras disputas e controvérsias que muito pouco tem a ver com os declarados benefícios que trará aos pobres e para a erradicação da pobreza. Mas isso não é nenhuma novidade se considerados os interesses políticos e econômicos envolvidos e o montante de recursos financeiros circulantes no triângulo institucional formado pelos governos, as empresas de consultoria e as empreiteiras responsáveis pelas obras. Mesmo internamente na UNASUL há diferentes projetos de hegemonia política e ideológica em disputa, como entre os governos brasileiro e venezuelano, entrelaçados com interesses empresariais, com rebatimento na definição das prioridades e o controle da estratégia de integração das infra-estruturas. Quem decide o que e como? Qual projeto deve ser priorizado? Quem financia o quê? Que empresa ou consórcio fica com qual pedaço da carteira de projetos? Qual obra deve receber financiamento público? Que benefícios o setor privado vai obter com determinada obra e, após a sua conclusão, com sua entrada em funcionamento? Quem assume as mitigações e compensações relacionadas com os impactos sociais e ambientais gerados? Esses são, entre outros, assuntos rotineiros nesse meio (VERDUM, 2015).

[9] Art. 9º O acesso ao conhecimento tradicional associado de origem identificável está condicionado à obtenção do consentimento prévio informado.
(...)
§ 2º O acesso a conhecimento tradicional associado de origem não identificável independe de consentimento prévio informado. (BRASIL. Lei nº. 13.123⁄2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13123.htm - Acesso em: 22 de junho de 2015).

não haja consulta quanto a utilização do conhecimento por grandes corporações que evidentemente farão uso do conhecimento tradicional para a obtenção de lucros.

Por óbvio que, atendendo aos interesses econômicos que permeiam o acesso à recursos genéticos, e por consequências aos conhecimentos tradicionais pertinentes a sua utilização ainda que indiretamente a referida legislação beneficia as diretrizes econômicas do projeto de conexão IIRSA, assim como inúmeras corporações ligadas à biotecnologia e grupos hegemônicos que utilizar-se-ão da integração física estratégica do território sul-americano para então ter acesso à tais conhecimentos e por conseguinte, fomentar a lucratividade por meio do emprego do conhecimento tradicional[10].

É sob esse prisma que se vislumbra a possibilidade das sobreposições econômicas insertas na IIRSA influenciarem na normatização de determinado país integrante da iniciativa, ainda que indiretamente.

Feitas tais considerações, verifica-se que diversas são as formas pelas quais o interesse econômico preponderante influencia nas diretrizes dos países sul-americanos: seja através de efeitos socioambientais diretos – por meio das ações efetuadas pela IIRSA, ou ainda por intermédio de ações praticadas por transnacionais através das condições propiciadas pelo projeto de conexão IIRSA – seja por meio de efeitos indiretos: como por exemplo, normas eivadas de permissividades que acabam por desencadear consequências ambientais ou socioambientais negativas.

Porém, necessário destacar que em meio a diversas formas de prejudicialidades ao continente no que tange aos seus aspectos socioambientais, culturais e que envolvem a historicidade e identidade da América do Sul, os movimentos sociais e ambientais vem envidando esforços a fim de contrapor as ações provenientes do projeto de conexão IIRSA tendo em vista os inúmeros prejuízos decorrentes, como a exclusão social através da desestruturação de comunidades tradicionais e a devastação dos recursos biodiversos.

> *Em condições de desigualdade social e de poder, bem como de liberdade irrestrita de movimento para os capitais, a fraqueza dos instrumentos correntes de controle ambiental tende a favorecer o aumento da desigualdade ambiental, sancionando a transferência de atividades predatórias para áreas onde a resistência social é menor.*

[10] A título de conhecimento e esclarecimento, veja-se a seguinte explanação de Vinícius Garcia Vieira: Nesse cenário da pós-modernidade, marcada pelo critério de valorização econômica, o embate entre o conhecimento cientifico e outras formas de saber ocorre no contato dos laboratórios com as comunidades tradicionais. A pesquisa para produção de medicamentos e cosméticos utiliza, em grande parte, extrato de ervas, plantas ou substâncias encontradas na natureza, que são concentradas por processos industriais. Na identificação das espécies que tem potencial terapêutico ou propriedades para embelezamento físico, as indústrias de remédios e cosméticos tem buscado nas comunidades locais indicações dos usos que fazem dos recursos naturais do seu entorno em suas práticas cotidianas e rituais próprios das etnias dos povos tradicionais (VIEIRA, 2012: 110).

> *A solidariedade interlocal, eventualmente internacional, é justificada como forma de evitar a exportação da injustiça e de dificultar a mobilidade irrestrita do capital, que tende a abandonar áreas de maior organização política e dirigir-se para áreas com menor nível de organização e capacidade de resistência. As lutas por justiça ambiental constituem, assim, uma potente forma de resistência organizada contra os efeitos perversos da mobilidade espacial do capital e dos esforços que os grandes interesses econômicos empreendem para instaurar diferentes padrões socioambientais para suas atividades – normas mais rigorosas em países e áreas ricas, normas mais frouxas em países e áreas pobres (ACSELRAD e MELLO, 2009: 36.).*

Assim, levando em conta a vulnerabilidade de áreas cuja organização político-administrativa mostra-se por vezes ineficaz, sendo o que ocorre em comunidades localizadas em grande parte dos eixos de integração que compõem o projeto de conexão IIRSA, a interação dos movimentos sociais e ambientais em contraposição às ações da IIRSA consistem atualmente em mecanismo eficaz no combate às diversas formas de devastação de recursos e desestruturação de povos que a integração física do território sul-americano premeditada pela IIRSA resulta. Nesse diapasão, o argumento que impulsiona os movimentos sociais e ambientais na proteção da América do Sul como todo, cinge-se justamente na contrariedade às ações de integração física do continente que acaba por desintegrar populações.

Nesse sentido, se luta incessantemente pela integração da América do Sul através de seus povos através do respeito e compartilhamento de ideologias em benefício social de todos, a fim de contrapor as possíveis adjetivações do vocábulo desenvolvimento quando atrelado tão somente aos aspectos econômicos, o qual pode constituir-se como o desenvolvimento da pobreza por meio da asseveração dos ideais capitalistas, ou então a pobreza do desenvolvimento através da priorização de aspectos que desconsideram totalmente as questões socioculturais e socioambientais de seu povo.

CONCLUSÃO

As análises aqui efetuadas demonstram em larga escala as diversas disparidades evidenciadas entre os discursos provenientes da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, e as ações implementadas em decorrência do referido projeto de integração. De acordo com as perspectivas insertas no Projeto de Conexão IIRSA, a América do Sul enquanto território subserviente, mas indispensável ao sistema capitalista, consiste em região periférica do globo a qual os ditames eurocêntricos soam como comandos do modo de vida a serem transcritos para a realidade latino-americana. Disso decorre a construção de pensamentos latinos que rejeitam a historicidade e a identidade do continente, em prol da

importação de elementos históricos e identitários que não lhe são próprios, mas que são tidos universalmente como corretos e aceitáveis[11].

De acordo com essa conjectura de ideias, Aníbal Quijano refere que a realidade que está posta advém do erro de se considerar os parâmetros euro-norteamericanos como centrais, únicos e verdadeiros quanto ao dever ser, revelando uma crise da subjetividade contemporânea. O autor refere que há inexistência de homogeneização de tais parâmetros nos próprios territórios euro-norteamericanos: visto que a concretização das benesses de tal ideário de desenvolvimento ocorre tão somente em prol da classe dominante daquelas sociedades, ainda que tal fato não seja capaz de desconsiderar a hegemonia cultural da noção de desenvolvimento imposta por esses países (QUIJANO, 1988:02).

Em decorrência, a unicidade atribuída à ideia de desenvolvimento se reproduz por meio da imposição de um discurso que faz com que os parâmetros eurocêntricos e aqueles provenientes de uma racionalidade puramente econômica – característica própria dos países de primeiro mundo – sejam capazes de difundir uma visão reducionista da ideia de desenvolvimento. Assim, desconsidera-se a diversidade dos aspectos culturais, socioambientais e políticos, de forma que ser desenvolvido é sinônimo da fruição de condições idênticas àquelas perpretadas no Primeiro Mundo.

Tais estratégias acabam por fomentar a desorganização do território, tendo em vista que se desconsidera as linhas fronteiriças para então visualizar o território sul-americano de acordo com as potencialidades existentes, desestruturando a geografia local – no momento em que estas passam a caracterizar-se como um empecilho para a promoção do dito desenvolvimento. Claro está que as ações da IIRSA se dão sumariamente por meio da devastação dos recursos naturais próprios de cada região e da promoção da desterritorialização

[11] Essa matriz de poder, que se expressa por meio da colonialidade, procurava e ainda procura encobrir o fato de que a Europa foi produzida a partir da exploração político-econômica das colônias. Não há como desconsiderar as implicações históricas do estabelecimento desse padrão de dominação, que se reflete na recíproca produção histórica da América e da Europa, como redes de dependência histórico- estrutural (Quijano, 2005). Entretanto, o caráter constitutivo da experiência colonial e da colonialidade não tem figurado nas abordagens hegemônicas e eurocêntricas, inclusive de intelectuais latinos, que desprezam a importância que as relações intercontinentais tiveram para a emergência do capitalismo. Ao lançar luz sobre o lado obscuro da modernidade, o paradigma colonialidade–modernidade clarifica que os diferentes discursos históricos (evangelização, civilização, modernização, desenvolvimento e globalização) procuram sustentar a concepção arbitrária de que há um padrão civilizatório que é, simultaneamente, superior e normal (Lander, 2000). No receituário clássico da modernidade, bem como nos desdobramentos hodiernos do capitalismo, duas alternativas infernais (Stengers; Pignarre, 2005) têm sido infligidas aos povos subalternizados: uma decorre da completa aniquilação e a outra, da civilização imposta (QUIJANO e WALLERSTEIN, 1992: 615).

forçada de grupos não hegemônicos[12] cuja cultura e formas de vida dependem substancialmente do meio onde vivem.

Ao se devolver essa linha de pensamento, observa-se que a análise que aqui se está propondo constitui-se como evidência prática do exercício do poder pelo saber, legitimado por aportes discursivos. A origem do poder conquistado através do saber se traduz por cargas discursivas que tem o condão de direcionar e intervir nas originalidades e subjetividades dos indivíduos, de modo a definir o comportamento de determinada população em meio a uma liberdade programada e estereotipada, que esteja dentro de limites previamente estipulados pelos detentores do poder.

Neste cenário, o empoderamento das corporações e a minimização do papel do Estado sugerem constantes redefinições dos meios e fins relativos ao processo de colonialidade na América do Sul, através de meio distintos de exploração e estratificação social implementados com o respaldo governamental. Tal fato é originado então pela incursão do discurso hegemônico desenvolvimentista no interior dos países – que passa a justificar e motivar o processo de colonialidade através das dominações e explorações regionais[13]. Ainda que uma modificação da estrutura política sul-americana provinda das massas, tenha sido o principal impulsionamento para o estabelecimento de ações contra-hegemônicas, a adaptação das tendências sugeridas por ambos os autores aos tempos atuais nos mostra que a transição secular quando vislumbrada desde e para a América do Sul, é caracterizada fundamentalmente por mudanças políticas que engendraram a derrocada de governos puramente neoliberais. Todavia, tal fato não foi suficiente para que houvesse a modificação de parâmetros relacionados com a essência desenvolvimentista advinda da racionalidade econômica imposta pela dicotomia Centro-Periferia.

A grande questão é que o uso de estratégias discursivas que privilegiam a reprodução do capital e a incorporação dos ditames provenientes do sistema capitalista, acabam por

---

[12] O capitalismo global fez aumentar a pobreza e a desigualdade social não só através da transformação das relações entre o capital e o trabalho, mas também por meio do processo de "exclusão social", que é uma consequência direta da estrutura em rede de uma nova economia. À medida que os fluxos de capital e informação interligam redes que se espalham pelo mundo inteiro, eles ao mesmo tempo excluem dessas redes todas as populações e territórios que não tem valor nem interesse para a busca de ganhos financeiros. Em decorrência dessa exclusão social, certos segmentos da sociedade, certos bairros, regiões e até países inteiros tornam-se irrelevantes do ponto de vista econômico (CAPRA, 2002: 155).

[13] La política globalizadora y neoliberal redefine las empresas y los países com sus redes internacionales, intranacionales y transnacionales. El mundo no puede ser analizado si se piensa que uma categoria escluye a las otras. En cuanto a las relaciones de dominación e explotación regional, las redes articulan los distintos tipo de comercio inequitativo y de colonialismo, así como los distindos tipo de explotación de los trabajadores, o las distindas políticas de participación y exclusión, de distribuición y estratificación por sectores, empleos, regiones (CASANOVA, 2006: 426- 427).

asseverar ainda mais este processo de colonialidade, através da geração de uma contínua dependência socioeconômica da América Latina em relação aos países ditos desenvolvidos. Nos dizeres de Porto-Gonçalves: “desde sempre a modernização de acordo com os parâmetros eurocentristas, acaba por difundir a colonização”(PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 65).

O certo é que a eliminação das barreiras geográficas, com vistas ao escoamento estratégico de recursos e produtos assim como o investimento por grandes transnacionais no território, acabam por desintegrar os povos sul-americanos e devastar a biodiversidade existente.

Por consequência, visando responder a indagação que induziu a presente pesquisa, tem-se que o projeto de conexão IIRSA acaba por originar prejudicialidades irreversíveis na seara socioambiental e sociocultural, em total descompasso com a historicidade e identidade da América do Sul, onde a integração física do território beneficia tão somente grupos hegemônicos por meio de ideais desenvolvimentistas que priorizam tão somente aspectos econômicos, em detrimento da desintegração do continente por meio da desestruturação social, ambiental e cultural.

Diante de tais argumentos, é possível verificar nesse modelo de integração física pautada tão somente em questões puramente econômicas, a pobreza do desenvolvimento e o desenvolvimento da pobreza: enquanto característica dúplice que desprestigia a historicidade e a identidade da América do Sul, desencadeando consequências como a exclusão e disparidades sociais.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. MELLO, Cecilia Campello do A. BEZERRA, Gustavo das Neves. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BNDES. *I Seminário Internacional de Co-financiamento BNDES/CAF: Prospecção de Projetos de Integração Fisica Sul-Americana*. Íntegra do Discurso de abertura do presidente do BNDES Carlos Lessa. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/caf_abertura1.pdf - Acesso em 23 de junho de 2015.

BNDES. *I Seminário Internacional de Co-financiamento BNDES/CAF: Prospecção de Projetos de Integração Fisica Sul-Americana***.** Íntegra do Discurso de encerramento do presidente do BNDES Carlos Lessa. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/caf_encerra1.pdf- Acesso em 23 de junho de 2015.

BRASIL. *Lei nº. 13.123/2015*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13123.htm - Acesso em: 22 de junho de 2015.

BRUZZONE, Elsa. *Las guerras del água: América del Sur, en la mira de las grandes potencias***.** 1ª Ed. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2009.

CAPRA, Frijot. *Conexões ocultas*. São Paulo: Pensamento – Cultrix, 2002.

LATINA, Observatório Geográfico da América. *A Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul Americana (IIRSA) e conflitos sócioambientais no Eixo do Amazonas.* Disponível em: http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Procesosambientales/Impactoambiental/02.pdf - Acesso em 22 de junho de 2015.

PADULA, Raphael. Infraestrutura, geopolítica e desenvolvimento na integração sul-americana – uma visão crítica à IIRSA. *Laboratório de Estudos da América Latina***.** Disponível em: http://leal-ufrj.blogspot.com.br/2011/04/artigo-infraestrutura-geopolitica-e.html - Acesso em: 21 de junho de 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 65.

QUENTAL, Pedro de Araujo. Dilemas da integração regional na América do Sul: a lógica territorial da IIRSA e suas implicações socioespaciais. *Conselho Latino-americano de Ciências Sociais.* Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20131013100118/Quental_trabalho_final.pdf - Acesso em 22 de junho de 2015.

QUIJANO, Aníbal. *Modernidad, identidad y utopia na America Latina.* Lima: Sociedad y Política, 1988.

_____. WALLERSTEIN, Immanuel. La americanidad como concepto, o América en el moderno sistema mundial. In *América: 1492-1992*. Trayectorias históricas y elementos del desarrollo. Vol. XLIV, N. 04. Catalunya: UNESCO, 1992.

TYBUSCH, Jerônimo Siqueira. Sustentabilidade Multidimensional Como Ação Reflexiva para uma Ecologia Política Pós-Colonial. *In América Latina e Caribe na encruzilhada ambiental: dimensões política, jurídica e estratégica.* Ijuí: Unijuí, 2011.

VERDUM, Ricardo. Infra-estrutura e políticas territoriais do Brasil no contexto da integração sul. *Adital: notícias da América Latina e Caribe***.** Disponível em: http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=30754 – Acesso em: 22 de junho de 2015.

VIEIRA, Vinicius Garcia. *Direito da biodiversidade e América Latina: a questão da propriedade intelectual.* Ijuí: Unijuí, 2012.

ZIBECHI, Raúl. IIRSA: la integración a medida de los mercados. In: *Revista Ecología Política*. Disponível em: http://www.ecologiapolitica.info/ep/31.pdf - Acesso em: 20 de junho de 2015.